



**SOCIEDADE
CRISE E RECONFIGURAÇÕES**

VII CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA

19 a 22 Junho 2012

Universidade do Porto - Faculdade de Letras - Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação

ÁREA TEMÁTICA: Arte, Cultura e Comunicação

PLURALIDADE, MUDANÇA E PRODUÇÃO DE VALOR NA EDIÇÃO DE LIVROS: NOTAS SOBRE A EDIFICAÇÃO SOCIAL DA CULTURA IMPRESSA

MEDEIROS, Nuno

Mestre em Sociologia Histórica

CesNova – Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa e Escola Superior de Tecnologia da Saúde de Lisboa do Instituto Politécnico de Lisboa

nuno.medeiros@fesh.unl.pt

Resumo

Habitando um campo de intermediação, filtragem e interpretação, o editor assume um papel de legitimação, ordenação e prescrição do mundo pela via tipográfica. O esforço de realização de um livro não se restringe à génese autoral do texto. O livro resulta de um trabalho que implica acrescento simbólico e viabilidade de circulação, sem os quais o objecto se perde enquanto objecto de desejo, factor de aval de conteúdos ou elemento de alarde identitário. A existência de um livro corresponde em grande parte à acção editorial de o instituir socialmente como obra conhecida e reconhecida pelos seus receptores finais. Produtor de valor e materialidade, o editor inscreve o projecto do livro num espaço social colaborativo de trabalho, o campo da edição. Esta apresentação procura sistematizar teoricamente alguns tópicos relativos à articulação do editor com a construção social do campo editorial e a edificação da cultura impressa. Empreender semelhante exploração é abdicar forçosamente de uma visão linear, unidimensional e a-histórica do mundo social e cultural do livro, cuja morfologia e suportes conhecem crescentemente os desafios da desmaterialização.

Abstract

Occupying a field of intermediation, gatekeeping, and interpretation, the publisher plays a role of legitimating, organizing, and prescribing the world typographically. The endeavor of making a book does not confine itself to authorial conception of text. A book is the result of an effort of infusing symbolism, and turning circulation viable, without which the object is impaired as an object of desire, as a factor of content validation, or as an element of identity. The existence of a book greatly corresponds to the publishing action of socially instituting it as a work known and recognized by its final recipients. The publisher, producer of value and materiality, inscribes the project of the book in a social space of collaborative work, the publishing field. This presentation intends to theoretically address some topics relating to the articulation of the publisher with the social construction of the publishing field, and the structuring of print culture. Attempting such an exploration inevitably translates into relinquishing a linear, one-dimensional, and a-historic view of the social and cultural world of the book, whose morphology and media increasingly face the challenges of dematerialization.

Palavras-chave: Editor de livros; edição de livros; construção social; cultura impressa; mudança
Keywords: Book publisher; book publishing; social construction; print culture; change

PAP0870

Um dos propósitos desta apresentação é procurar explorar não empiricamente a dimensão social da edição de livros como processo de configuração e recorte das ideias que é matricialmente extra-individual. Outras vias, que não poucas, haverá de perscrutação do carácter social da edição. Escolho, como breve caminho de exemplificação, a da produção de livros como ruptura do enclausuramento cultural, isto é, como ruptura de uma produção centrada no mito genético do génio vivendo em vácuo. Na acepção de espaço social da edição de que parto, radica então o pressuposto de superação paradigmática de um princípio de imaculada concepção das ideias e dos textos, como se aquelas e estes fossem exteriores às circunstâncias e assintomáticos na sua circulação. A visão social do espaço editorial de um livro corresponde, nessa medida, à ruptura com o que Pierre Bourdieu (1994) designou de visão interna da obra como texto. A esta perspectiva, que tende a conceber as obras culturais como formas puras e intemporais, assimiladas a monumentos essencialistas e ontológicos de significado alheios a determinações históricas e inserções sociais, o autor contrapõe uma “ciência das obras” (Bourdieu, 1991). A “ciência das obras” mais não será do que formular o estudo das mesmas – isto é, do campo da produção cultural e literária – como um espaço dos possíveis que transcende os agentes singulares e os situa num sistema comum de coordenadas de referência.

Ao associar um grau de autonomia relativa à actuação dos criadores textuais, Bourdieu procura refutar a lógica que impera na enunciação do texto como dado absoluto. O texto, contudo, é um dado contingente, sobretudo se pensado como livro, que se apresenta como espaço de construção do conhecimento e da imaginação, espaço que é o da recepção do texto e da sua sucessiva transformação, nele intervindo uma plêiade de actores e circunstâncias. Um entendimento do universo social do livro e do seu facto editorial engendra-se, então, através da denúncia do que William Wimsatt e Monroe Beardsley (1954) designam de falácia intencional, segundo a qual seria somente no autor que se lograriam encontrar os sentidos a extrair de um texto. Inversamente à falácia intencional, o fabrico do livro dota-se de atributos criadores tanto quanto o manuseio da escrita.

O olhar sociológico para o livro como texto editado pode – ou deve – suportar-se, por isso, numa hermenêutica do objecto enquanto resultado de processualidade cooperativa. As condições sociais que tornam exequível a própria existência do livro e, portanto, o espaço social do seu engendramento, são passíveis de se encontrar na acção individual colectivamente consistente num quadro contextual promotor ou limitador. Não é, nessa medida, excessivamente arriscado concluir que socialmente o livro é o “produto de uma imensa actividade de *alquimia simbólica*, em que colaboram, com a mesma convicção e ganhos extremamente desiguais, o conjunto dos agentes cometidos com o campo de produção” (Bourdieu, 1996, p. 201, itálico no original). A noção que é possível elaborar da literatura enquanto género emblemático do livro decorre do reconhecimento desta interacção sistémica cooperativa. Por exemplo, quando aborda o romance inglês da época vitoriana como género, John Sutherland não deixa de perceber que muitas das obras mais marcantes desse período, “que aparentam ser o produto solitário do génio criativo”, são, na verdade “o resultado de colaboração, compromisso ou comissão” (Sutherland, 1976, p. 6). Não se confunda, porém, a colaboração entre agentes sociais com convergência de interesses ou consonância de posições. Longe de se pautar por uma dinâmica harmónica, a relação entre autores, editores, livreiros e outros habitantes do

universo do livro tende a corresponder, como em tudo o mais, a uma espécie de “cooperação antagonística”, seguindo a denominação de William Sumner (2002).

Pego ainda na eloquente afirmação de Roger Chartier: “Pensado (e pensando-se) como demiurgo, o escritor cria, contudo, na dependência. Dependência em relação às regras (do patronato, do mecenato, do mercado), que definem a sua condição. Dependência, ainda mais fundamental, em relação às determinações desconhecidas que são parte constituinte da obra e que fazem com que ela seja concebível, comunicável, decifrável” (Chartier, 1992, p. 10). Para Chartier, há um ordenamento no espaço social que produz – e em que se produz – a obra, possibilitando justamente a pluralidade de apropriações que a obra conhece. Se esta ordem do livro é estabelecida no feixe multimodo de relações e operações que preceituam a cultura escrita (Curto, 2007), ela é também fundada na disposição de intuítos e perspectivas que o texto e as materialidades (mesmo as desmaterialidades, se estivermos focados num mundo virtual no actual quadro de diversificação da relação com o livro) vão procurando impor ao leitor nos sucessivos quadros sociais de inscrição da leitura (Medeiros, 2006). A leitura é aqui concebida como acto transformador e activo por parte de actores socialmente capazes de apropriações transgressivas de decifração face às intenções de quem escreveu o texto e editou o livro, não só no que se refere aos modos particulares e próprios como o leitor vai interpretando o que lê, mas igualmente no que concerne aos usos materiais e imateriais do objecto e da leitura, escrevendo onde não é suposto escrever, lendo em locais onde não se previa que o fizesse e dando a ler de formas também elas próprias.

Do ponto de vista da sua produção, vale então a pena olhar para o livro numa óptica do trabalho editorial que o materializa, mesmo quando esse trabalho editorial é fruto do próprio autor enquanto auto-editor. Mesmo nestes casos, dispensando eventualmente a figura mediadora e prescritora do editor, não deixa de existir na concretização impressa ou virtual do texto um conjunto de preocupações editoriais, inseparáveis da adequação do manuscrito ao seu posicionamento num mercado (das ideias e do dinheiro), consumando-se a transformação de um “texto-superfície” num “livro-volume” (Babo, 1993), autónomo do primeiro.

O livro é a tradução conhecida da intervenção editorial activa e transfiguradora, pautada pela busca de uma consonância entre a disposição de leitores e leituras, por um lado, e o intuito idealmente primordial do autor, por outro. A decisão de publicar joga-se no precário equilíbrio de conformar a pretensão criativa do autor, o projecto conceptual do editor e a resposta de consumo do leitor final. É nos interstícios deste processo e do espaço social que o cria que se constrói e reconstrói o sentido da palavra e da cultura publicada.

Deste modo, reitera-se nesta apresentação aquilo que, aparentando ser um truísmo, frequentemente não é sublinhado nem problematizado com a insistência necessária. E o que se reitera é a proposição de que é essencialmente a realidade do livro, não tanto a do texto, que é construída por actores como o editor. Não necessariamente o editor enquanto figura individual que se encerra em si, nova asserção com forte risco de cair numa apologia da presciência individual como algo que nasce, medra e morre solitário, bastando-se como fenómeno. Fala-se aqui do editor como figura, mas essencialmente como actor de um universo povoado por outras figuras que dão consistência e concretização à cultura impressa. O editor – uma, apenas uma, das peças centrais da divisão social do trabalho da esfera tipográfica – coordena os procedimentos que

tornam possível a criação de uma entidade nova, o livro (entidade e artefacto não inteiramente sobreponíveis com o que resultou do labor autoral), produzindo um objecto, simultaneamente recurso e meio, relativamente ao qual os outros podem responder. Como diria Irving Horowitz: “Um livro pode ser recenseado, premiado, citado” (Horowitz, 1986, p. 35).

A amplitude de formas com que se pode comprar, desejar, recomendar, atacar, citar, consumir um livro, não deixa, pois, de ser afectada na sua diversidade pelas decisões e operações editoriais (isto é, aquelas que se operam no e pelo mundo editorial) sobre a obra. O próprio tipo de público que se atinge com uma determinada obra pode nem sequer encontrar equivalência na audiência desejada ou pensada inicialmente pelo autor ou por um editor anterior dessa mesma obra. O modo como o processo editorial – e livreiro – comodifica e vende um determinado livro pode modificar-lhe a índole, reclassificando-o nos quadros interpretativos com que é visto e encaixado. Os resultados efectivos ou expectáveis das transformações que o trabalho de edição opera sobre o texto podem gerar entendimentos discrepantes entre os actores sociais envolvidos. Não se estranham, nessa medida, as reacções e desacordos que no âmbito da edição moderna sempre parecem ter pautado as relações entre autores, ilustradores, tradutores e editores. Ilustre-se a ideia com a inquietação com que Giacomo Leopardi demonstrou por carta a Antonio Fortunato Stella, o editor, a sua discordância em relação à maneira como este estava a incorporar no catálogo o seu livro *Operette Morali*, queixando-se da inclusão do volume na “Biblioteca Amena”, nas palavras do autor uma “biblioteca para senhoras”, imprópria, portanto, para uma obra “de argumento profundo e de carácter filosófico e metafísico” (*apud* Cadioli, 2001, p. 46).

Outro caso exemplar da dimensão transmutadora da intervenção do editor nos destinos do texto – e, portanto, na formulação da cultura impressa como produto social – é o do *best-seller* de Richard Adams, *Watership Down*, de meados dos anos 1970. Obra escrita e publicada inicialmente no Reino Unido como literatura para a infância e juventude, recebeu os prémios britânicos mais importantes para livros infanto-juvenis. No decurso deste itinerário, a Macmillan, pela mão do responsável na editora pelas edições infanto-juvenis, adquire os direitos de publicação do livro para os Estados Unidos da América. É já na editora norte-americana que se altera profundamente o percurso do livro, decidindo-se aquela pela publicação simultânea do título nas categorias de literatura para adultos (no género fantasia) e para a infância e juventude (Neavill, 1975). Comercializar o livro apelando a públicos e modelos de referência diferentes do que foram os anteriores, transfigurou-o enquanto obra. Com isso, a Macmillan conseguiu uma mudança nos pressupostos de consumo para aquele título, alargando ao mesmo tempo a esfera de leitores-compradores, duplo movimento acabou por conduzir *Watership Down* ao segundo lugar da lista dos livros de ficção mais vendidos nos EUA em 1974.

Os casos aduzidos ilustram a proposição segundo a qual o sucesso ou insucesso de um modo de escrita e de um autor não pode residir exclusivamente – diria até nem tanto – na índole pessoal de um agente nas suas características morais, estéticas, empreendedoras ou mesmo de sociabilidade, devendo ser explicada igualmente na relação contextual desse sucesso com as configurações e reconfigurações operadas através de campos como o editorial. Em termos sociológicos, a análise do elemento autoral e do elemento editorial não

pode ignorar a indagação da morfologia social da obra editada, descortinável entre outros aspectos nas articulações tecidas entre redes de actividades culturais, económicas, políticas e intelectuais, governadas frequentemente por tensões e descontinuidades. A edificação social da cultura impressa (como tradução literal da anglófona expressão *print culture*) baseada no livro, ou tomando-o como um dos eixos, é governada pela relação complexa entre a inscrição venal e comercial do livro e a sua inscrição simbólica enquanto objecto de uma pluralidade de prescrições e apropriações tornadas possíveis por um conjunto de mudanças históricas e estruturais constitutivas da modernidade.

Sintetizando, correndo embora o risco do óbvio e do esquemático, direi então que o mundo social do livro não corresponde tanto à esfera do objecto (apesar de também lhe corresponder) como corresponderá à das práticas e dos agentes que o viabilizam enquanto tal. E o risco que assumo prende-se com a necessidade de sublinhar como um dos atributos centrais do mundo social do livro o facto de a edição ser um trabalho de produção de valor. O esforço de produção e de disseminação de um livro (factores que nem sempre andam juntos) é em boa medida o de transformar a escrita e o conteúdo textual em objecto de aspiração e compra, ou o de conferir a essa escrita e a esse conteúdo um cunho de caução e legitimidade, ou ainda o de conseguir remeter a referência a essa escrita e a esse conteúdo para o domínio da identidade (um leitor disto ou um não leitor daquilo).

A consecução de um livro é, por isso, muito mais que uma origem primordial; é em larguíssima medida o resultado editorial da sua instituição social como obra conhecida e reconhecida por quem dela se aproprie leituralmente. Muito mais do que elemento reduzido no seu trabalho à reificação do texto em objecto que se dissemina (e isso por si só já seria assinalável), o editor produz a sua legitimidade como material impresso ao qual certas comunidades de leitores podem imputar uma fruição ou um uso interpretativo. A edição funciona neste plano como domínio de construção e enunciação cultural, procurando assegurar socialmente a crença no valor que o texto tenha adquirido como livro. E, retomando Bourdieu, esse é, a vários títulos, o seu poder simbólico de prescrição: o de “constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a acção sobre o mundo, portanto o mundo” (Bourdieu, 1989, p. 14).

O editor acaba por ser objectiva e subjectivamente (por se tratar de um papel embutido ideologicamente e projectado no discurso presente no campo editorial de modo multiforme e heterogéneo) um descobridor. Neste sentido, recorrentemente o editor acaba por ser e se ver como criador do criador, constituindo um dos eixos cuja actuação confere ao livro a possibilidade de se tornar num objecto no qual se joga o universo da cultura impressa de jaez literário e no qual se plasma a amplitude da história tipográfica do conhecimento e do aparecimento, desenvolvimento e declínio de géneros, temas e autores, das transformações do mercado do livro e das mudanças tecnológicas patentes no objecto em si.

Não se negue que o panorama actual do livro configura uma realidade em rápida mutação que representará e está já representando um desafio às plurais figuras do editor como instância de construção social do universo tipográfico. Tipográfico como dimensão não reduzida materialmente a uma forma que perdurou séculos e, por isso, também como metáfora, símbolo inclusivo cujo traço definidor é, em termos editoriais, o da

elaboração de um mundo por via da mediação (igualmente intermediação) e da prescrição. A mudança operada tecnologicamente – suporte do denominado paradigma digital – emerge simultaneamente como pressão e oportunidade, forjando rupturas e permanências na relação com o livro (Jobim, 2005). Este surge como objecto crescentemente desmaterializado na sua textualidade, instaurando novos modos de relação com o texto e amplificando a plasticidade do já escorregadio conceito de livro. Mas vislumbra-se também como incontestável o facto de a actual possibilidade de desmaterialização textual se corporizar justamente noutras materialidades e tecnologias imprescindíveis aos procedimentos de leitura do texto e à sua organização de maneiras a um tempo diferentes e semelhantes às leituras mais identificáveis com um ambiente predominantemente tipográfico. Por outro lado, além da não anulação dos atributos de interposição leitural e de uma formulação editorial do mundo do livro assente na interferência, o que se tem verificado são formas remanescentes de transferência de conteúdos para novos suportes, o que para alguns prefigura uma re-mediação (Bolter & Grusin, 2000; Furtado, 2006).

Assim, o cenário em mudança vivido pelo mundo do livro não confirmou até agora as hipóteses que auguram a substituição de suportes e de modelos. Por enquanto, pelo menos, o impresso tem logrado sobreviver, mantendo um impressionante poder de legitimidade face à emergência do digital (Bragança, 2005; Darnton, 2009; Reinking, 2009).

Finalmente, o entendimento sociológico desta questão não pode evitar o esforço de compreender as transformações por que passa, desde há várias décadas, a fileira do livro. Se, por um lado, se tem verificado na actividade editorial uma conformação cada vez maior à ideia – verdadeiro imperativo categórico – de mercado e aos procedimentos que daí decorrem (Altbach & Hoshino, 1995; Mollier, 2008), por outro, grande parte dos agentes editoriais parece crescentemente afastada do eros pedagógico (Bragança, 2001), caracterizado por um sentido – não raro empolado discursivamente – da actividade editorial mais interventivo culturalmente e menos movido pela busca da rentabilidade nos livros e autores editados, mundividência-base do que noutra lugar se designou de edição como apostolado (Medeiros, 2010). Estas modificações, claramente detectáveis no actual panorama português, traduzem-se na adopção por um número significativo de editoras (remíveis à pertença corporativa a grupos do sector da comunicação e entretenimento) de uma lógica de actuação alicerçada produtivamente no leitor, concebido como consumidor, afastando progressivamente para as margens da edição de nicho e da pequena e micro-edição a produção fundada numa economia de autor. Sendo certo que esta deslocação incorre num conjunto ainda não inteiramente abarcável de mudanças no seio da edição e dos editores, enquanto campo e agentes individuais e colectivos socialmente organizadores do livro, não é menos certo que a deslocação referida constitui uma continuidade matricial na natureza mediadora relativamente às práticas de elaboração autoral e de utilização leitural através de uma acção de configuração cultural.

Referências bibliográficas

- Altbach, Philip, & Hoshino, Edith (Eds.). (1995). *International book publishing: an encyclopedia*. New York & London: Garland.
- Babo, Maria Augusta (1993). *A escrita do livro*. Lisboa: Vega.
- Bragança, Aníbal (2001). *Eros pedagógico: a função autor e a função editor*. Tese de doutoramento, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Bragança, Aníbal (2005). O pretérito futuro do livro. In Márcia Abreu & Nelson Schapochnik (Eds.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas* (pp. 487-498). Campinas & São Paulo: Mercado de Letras, ALB & Fapesp.
- Bolter, Jay D., & Grusin, Richard (2000). *Remediation. Understanding new media*. Cambridge: The MIT Press.
- Bourdieu, Pierre (1989). *O poder simbólico*. Lisboa: Difel.
- Bourdieu, Pierre (1991). Le champ littéraire, *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, 89, Septembre, 4-46.
- Bourdieu, Pierre (1994). *Raisons pratiques. Sur la théorie de l'action*. Paris: Seuil.
- Bourdieu, Pierre (1996). *As regras da arte. Gênese e estrutura do campo literário*. Lisboa: Presença.
- Cadioli, Alberto (2001). *Dall'editoria moderna all'editoria multimediale. Il testo, l'edizione, la lettura dal Settecento a oggi*. Milano: Unicopli.
- Chartier, Roger (1992). *L'ordre des livres: lecteurs, auteurs, bibliothèques en Europe entre XIVe et XVIIIe siècle*. Aix-en-Provence: Alinéa.
- Curto, Diogo, Ramada (2007). *Cultura escrita: séculos XV a XVIII*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Darnton, Robert (2009). *The case for books. Past, present, and future*. New York: PublicAffairs.
- Furtado, José Afonso (2006). *O papel e o pixel. Do impresso ao digital: continuidades e transformações*. Florianópolis: Escritório do Livro.
- Horowitz, Irving (1986). *Communicating ideas. The crisis of publishing in a post-industrial society*. New York & Oxford: Oxford University Press.
- Jobim, José Luís (2005). Autoria, leitura e bibliotecas no mundo digital. In Márcia Abreu & Nelson Schapochnik (Eds.), *Cultura letrada no Brasil: objetos e práticas* (pp. 473-485). Campinas & São Paulo: Mercado de Letras, ALB & Fapesp.
- Medeiros, Nuno (2006). Editores e livreiros: que papéis de mediação para o livro? In Diogo Ramada Curto (Ed.), *Estudos de sociologia da leitura em Portugal no século XX* (pp. 343-385). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

- Medeiros, Nuno (2009). Cavalheiros, mercadores ou centauros? Traços de actividade e sentido de si dos editores. In Inês Brasão, Diogo Ramada Curto, Nuno Domingos, Nuno Medeiros, Rahul Kumar, & Tiago Santos, *Comunidades de leitura. Cinco estudos de sociologia da cultura* (pp. 23-61). Lisboa: Colibri.
- Medeiros, Nuno (2010). *Edição e editores: o mundo do livro em Portugal, 1940-1970*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mollier, Jean-Yves (2008). *Édition, presse et pouvoir en France au XXe siècle*. n.l.: Fayard.
- Neavill, Gordon (1975). Role of the publisher in the dissemination of knowledge, *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 421, September, 23-33.
- Reinking, David (2009). Valuing reading, writing, and books in a post-typographical world. In David Nord, Joan Rubin & Michael Schudson (Eds.), *A history of the book in America* (Vol. 5, *The enduring book: print culture in Postwar America*, pp. 485-501). Chapel Hill: The University of North Carolina Press.
- Sumner, William (2002). *Folkways: a study of mores, manners, customs and morals*. New York: Dover.
- Sutherland, John (1976). *Victorian novelists and publishers*. Chicago: University of Chicago Press.
- Wimsatt, William, & Beardsley, Monroe (1954). *The verbal icon: studies in the meaning of poetry*. Lexington: University of Kentucky Press.